

TORRE BELA

THOMAS HARLAN
PAULO BRANCO
SERGE DANÉY
THÉRÈSE GIRAUD

No dia 23 de Abril de 1975, cinco semanas depois do golpe de 11 de Março e dois dias antes do aniversário da revolução 500 desempregados da região de Manique, no Ribatejo (extrabalhadores agrícolas, antigos imigrados que voltaram ao país, reincidentes, bêbedos, prisioneiros políticos libertados), juntam-se num movimento campesino e ocupam as quatro propriedades de Dom Manuel de Bragança, o Duque de Lafões. Antiga propriedade de exploração agrícola, Torre Bela não é mais do que uma imensa reserva de caça alugada aos amigos da família e lugar de encontro da polícia política secreta, a PIDE, com a CIA e os serviços sul-africanos. Ainda que a ocupação de Torre Bela seja apenas um caso de entre muitos outros a “Comuna de 23 de Abril” distingue-se por duas características:

— *Célula de esquerda num tecido de direita*: enquanto que a maior parte das ocupações se fizeram no Sul de Portugal (no Alentejo, região de tradição de lutas de operários comunistas), o Ribatejo constituiu sempre uma zona reservada à direita. (Centro de recrutamento do CAP, união de pequenos proprietários de Rio Maior).

— *Aliança radical dos conselhos de soldados-camponeses*: enquanto que a maior parte das ocupações desembocam em cooperativas do partido comunista e são organizadas por este, os ocupantes expulsaram, desde o início, todos os representantes de partidos políticos, assim como os do Estado representados pelo Instituto para a Reforma Agrária, o IRA, e o Ministério da Agricultura.

Torre Bela tornou-se assim uma excepção quase absoluta de ocupação selvagem e de poder popular, como tal atrairá a cólera do governo provisório.

Ao contrário do último golpe, dessa vez coroado de sucessos do 25 de Abril de 1975, a metade das forças blindadas do Centro vencerá os muros do cerco: a comissão dos trabalhadores será travada.

Na Primavera de 1976 os prisioneiros libertados voltam à comuna. A ocupação é legalizada pouco tempo depois.

No Verão de 1976 os ocupantes arroteiam mais de 500 hectares de terra, retomam, formando uma manada com 200 bois, a produção de vinho e de madeira de eucalipto e criam uma escola primária.

Em Março de 1979 a comuna conta com 52 trabalhadores e outro tanto de crianças e velhos.

Mas no Inverno de 1978 depois de uma diligência do Duque de Lafões para obter, junto do Ministério da

Agricultura, a anulação da nacionalização e a restituição dos seus bens, uma decisão ministerial pronuncia-se em favor dos antigos proprietários.

Era esperada uma decisão definitiva no mês de Junho de 1979. De facto, a 2 de Abril, a Guarda Republicana obrigou à evacuação de Torre Bela com unidades blindadas restituindo o castelo ao seu “proprietário legítimo”, Diogo de Bragança, Duque de Lafões.

ENTREVISTA COM THOMAS HARLAN

Cahiers du Cinema / Entrevista realizada por:
Paulo Branco, Serge Daney e Thérèse Giraud

O que é que o levou a pensar e desejar fazer este filme?

Para começar, não sou cineasta e não tinha a intenção de fazer um filme. Foi um acidente de percurso por causa de um trabalho que estava a fazer nessa altura (em 1974/75) num instituto de investigação sobre o movimento das migrações operárias, o E.M.I.M., em Roma. À margem deste instituto formou-se um grupo que trabalhava sobre o exército, na altura sobre o exército chileno.

Por essa altura Jacques d'Arthuys, conselheiro cultural de Valparaíso, acabava de ser nomeado para o Porto. Ele sugeriu-nos tentar, na sequência do trabalho, fazer uma análise do caso, aparentemente único, do exército colonial português, vencido e reconvertido em qualquer coisa como um embrião do exército popular. Nesse momento a Agência Francesa de Imagens aceita, seguindo Roger Stéphane, produzir um filme sobre este tema: a equipa começa então a rodar em Lisboa no dia 11 de Março de 1975, o dia do golpe malgrado da direita militar; no escritório do general Fabiao, chefe do estado-maior, general do exército de terra, e na caserna do regimento de artilharia RAL I, atacado essa manhã, pela aviação. Encontrávamo-nos de repente num momento histórico “factual”: nada de análise, nada de entrevistas, somente os factos: a formação do Conselho Superior da Revolução, a destituição dos oficiais comandantes, o nascimento dos primeiros conselhos de soldados e a

elaboração dos primeiros regulamentos internos das novas unidades desligadas do alto comando do exército e colocadas ao serviço do general Otelo de Carvalho: o RAL, a polícia militar, o engenheiro.

Durante uma das assembleias do RAL I um soldado delegado das unidades da escola prática da cavalaria de

Santarém, ponto de partida da «revolução dos cravos», fez um relatório sobre o movimento camponês dessa

zona: anunciava a ocupação iminente das terras da família real de Bragança em Torre Bela, com Zabu à cabeça do movimento. Zabu era o sobrenome de Wilson, rufia bem conhecido da escumalha de Lisboa, condenado a quatro anos e meio de prisão em cativeiro por ter atacado um banco à mão armada, terror da burguesia e herói popular, sobretudo junto dos jovens rapazes. Rapidamente a equipa interrompe a rodagem nas casernas, onde trabalhava já há 40 dias e desloca-se a Torre Bela. Aí fica durante 8 meses.

Voltando ao filme... Disseste, no início, que não tinham a intenção de fazer um filme sobre... Falas mais de uma política de sustentação, de uma câmara-ferramenta. Simultaneamente, temos à partida, um filme que se sustenta sozinho, quase que fora de toda a actualidade política.

Não houve uma passagem radical de uma fase à outra. O tempo dessa passagem é de facto o da aprendizagem de uma nova ocupação. Com essa excepção quase que não havia mestre e era preciso proceder de forma empírica quer para ganhar confiança quer para ver melhor. Não queríamos intervir como antes, nas casernas, com todas as nossas referências históricas, chaves nas mãos: com uma câmara que devia produzir exactamente o que esperávamos dela. Isso ainda era cinema militante e sabemos que o adjectivo “militante” pede sempre desculpa à palavra cinema. O primeiro salto qualitativo residia no facto de que tínhamos perdido o nosso ponto de vista: o ponto tinha-se disseminado numa junção de linhas de forças tais que a câmara começava a deslocar-se ao acaso. Perdeu toda a segurança: ignorava tudo do seu lugar, da sua função. A nossa não-intervenção transformou-se, desde o início, em intervenção: a câmara desorientada ligava-se instintivamente às personagens mais evidentes, mais à vista, aos chefes que ela ajudou a criar: e em particular toda a história de Wilson-Zabu. A câmara ignora ainda que foi ela que foi escolhida e que Wilson foi o primeiro a ter reconhecido o formidável poder de arbítrio que a câmara pode exercer sobre um louco que ainda não tem um centro magnético. Tal aproximou-nos do colectivo dos ocupantes no decorrer de uma assembleia, depois da projecção de rushes em Lisboa. Ela aproximava-nos do fazer calar todos os outros em favor do que Wilson dizia. Na época tínhamos começado uma espécie de processo contra Wilson, depois houve uma circunstância agravante: durante a noite que se seguiu à projecção das rushes ele tinha-se introduzido no palácio ducal e nós fomos encontrá-lo, de manhã, na cama do duque com uma rapariga. O palácio ainda não tinha sido ocupado e a crença numa intervenção da polícia, injustificada mas real, tinha impellido, sobretudo as mulheres da assembleia que se seguiu, a tomar as primeiras medidas de auto-repressão. É a partir desse processo

que o instrumento de trabalho em que nós nos tínhamos tornado para eles, interveio no debate e que levou, por vezes, à alteração da natureza do respectivo, que sugeri acções... de alguma maneira tínhamo-nos transformado em argumentistas, evidentemente não ao escrevermos ou pre-determinarmos as cenas, mas ao deslocarmos a escrita para a acção. Foi neste processo que existiu manipulação, pelo menos subjacentemente, e que o curso da pequena história mudou, por vezes de forma fundamental.

Nesse momento mais ninguém pensava na Revolução em Portugal com letra maiúscula: tudo se tinha tornado pequeno, à escala de um microcosmo.

Falas de instrumento de trabalho e de uma relação que vos permitiu passar, de forma um pouco mágica, de uma posição de exterioridade completa a uma integração total. Podes explicar melhor essa situação?

Para o nosso trabalho precedente tínhamos documentos do Estado-Maior geral que nos permitia penetrar, pouco a pouco, quase em qualquer lado, em todas as instalações militares e outras. Isso tranquilizava-os. Para eles éramos um pouco o exército, o ponto de ligação com o mundo. Ficámos com eles para lhes darmos informações. Todas as semanas enviávamos o material filmado para Paris, para a LTC, quando voltava víamos juntos o que tinha sido filmado para o mostrarmos de seguida nas aldeias da área fazendo um trabalho directo de informação e de sustentação. Eis a Câmara! Mas na maior parte do tempo não rodávamos. Outro instrumento importante de que disponhamos era o carro: também éramos uma espécie de correio de transmissão; íamos à cidade para tratar dos seus problemas com a instituição da reforma agrária, a IRA, entrávamos em contacto com os bancos a fim de encontrar um quadro para a possível abertura de créditos.

Mas como a ocupação não era legal não podíamos requerer créditos. Então era preciso pedir a intervenção dos militares. Também éramos nós que mediávamos este processo.

Podes explicar-nos porque é que a ocupação não era legal e porque é que os militares, tão esperados, não apareciam?

O Conselho da Revolução tinha interditado toda a ocupação selvagem de terras. O que tinha piada porque, praticamente, tudo era selvagem. As ocupações eram tão selvagens quanto as decisões ministeriais, ausência de leis no vazio constitucional da época. A ordem do IRA assim como a da quinta divisão era a de não tocar em Torre Bela: os ocupantes são marginais e delinquentes, são incapazes de produzir o que quer que seja, não são trabalhadores sérios. Era preciso encontrar oficiais, também eles selvagens, para passarmos por cima das ordens. Portanto fomos ao regimento da polícia militar que já conhecíamos, primeiro sozinhos, depois acompanhados pela comissão de trabalhadores.

Mas na evolução de Torre Bela o que parece interessante é que o exército acabou por ter um papel muito reduzido.

Sim, mas esse papel mínimo garantia, pelo menos, que o Duque de Lafões estivesse impossibilitado de encontrar um

exército disposto a defender a sua propriedade. É só a partir da intervenção da assembleia dos soldados da polícia militar que o Conselho da Revolução mandou um membro do seu executivo em Torre Bela, para dar, finalmente a autorização para a ocupação. Tal foi capital para ocupantes, sobretudo pelo facto da iniciativa ter vindo da base do exército.

No início o episódio de Torre Bela ainda estava integrado no primeiro projecto e ainda não era outro filme?

Sim, depois do 11 de Março as ocupações de terra deveriam marcar a passagem da fase libertária e permissiva à fase de pré-insurreição dos conselhos, ou seja, o que a assembleia geral dos exércitos e o manifesto do COPCON chamavam de revolução do “poder popular”, da base. Em Torre Bela nós procurávamos a base, da mesma maneira que tínhamos procurado e encontrado a que tinha sido imposta pela constituição dos conselhos nos regimentos, e arrancar as patentes aos comandantes. A nossa separação ainda fazia parte desse esforço, um pouco cego, de compilação de material tendo em vista uma análise de um exército em vias de decomposição. Esse exército era esperado em Torre Bela: os camponeses de Manique não tinham ousado invadir a propriedade porque estavam precisamente à espera do apoio imediato dos soldados de duas regiões vizinhas: a escola prática de cavalaria de Santarém e a base aérea da Ota. Mas essa ajuda não chegava. Como a polícia de segurança tinha sido desarmada e a guarda republicana também, os ocupantes não encontraram resistência, mas também não encontraram os seus pressupostos amigos, os soldados. Acabaram por só nos encontrar a nós.

A oscilação do projecto acabou por acontecer por causa da ausência do exército. O vosso quadro de análise desaparecia, pelo menos perante a câmara.

No início acredito, efectivamente, que ficámos em Torre Bela porque os soldados não chegavam. À força de esperar, com os ocupantes, que tal acontecesse acabámos por filmar apenas “não acontecimentos”.

A sopa, o piquete, o quotidiano de uma comunidade em vias de se constituir. Mas havia ainda outra coisa: a fronteira entre o primeiro e o segundo projecto também passa pelo aparecimento de rostos. Quer dizer que o segundo projecto começa (e sem nós sabermos) quando o movimento e a massa que nós procurávamos se tornaram frequentemente “alguém e o seu gesto”. A atracção de Torre Bela vinha do facto de ainda não haver massa: os ocupantes não se conheciam entre si, ainda não se tinham perdido no ardor da sua colectividade. Enquanto que nas casernas a activi-

dade freneticamente profissional dos revolucionários tinha escondido o aspecto “cozinha” do movimento por detrás das atitudes do orador: nunca sabíamos nem de quem nem donde vinha o discurso, como é que a sopa tinha sido preparada. A massa de soldados continuava informe, eles não eram referência enquanto pessoas distintas. Tal acontecia, sem dúvida, porque nós os observávamos no exercício da sua profissão, ainda que fizesse parte do seu esforço não a exercer.

Assim sendo, em Torre Bela víamos coisas que jamais tínhamos visto, ou sonhado ver. E sem dúvida que os habitantes de Torre Bela poderiam dizer o mesmo: faziam coisas que, sem dúvida, nunca tinham pensado fazer anteriormente. Estavam presos numa engrenagem, num ciclo do qual já não conseguiam fugir. Era preciso que, quer nós quer eles inventássemos o dia-a-dia.

Nós queríamos fazer de tudo para que esse empreendimento fosse bem sucedido uma vez que ele parecia extremamente ameaçado. Quando começámos a rodar não era apenas necessário estabelecer uma relação entre nós e os ocupantes mas também entre eles. Era preciso ficar de fora do acontecimento com o objectivo de o ver melhor e de garantir que a câmara não os incomodava. Eram relações acabadas de nascer extremamente delicadas que se iam estabelecendo entre eles e palavras jamais ditas que escapavam das bocas pouco habituadas a deixar sair outra coisa que não suspiros ou injúrias. Não era preciso impedir essa consciência de aparecer e uma pressão demasiado forte, uma indiscrição demasiado invasiva poderia fazer com que as pessoas se calassem, o que de alguma forma já acontecia... Mas também, à força de nos auto-excluirmos, de não fazermos perguntas, de não escorregarmos para um papel demasiado paternalista éramos cada vez mais bem-vindos: a câmara acabou por ser respeitada como um instrumento de trabalho sempre presente, e sempre pronta a ser trocada por um outro, o nosso carro por exemplo, para levar a sopa aos ocupantes que montavam o piquete no cerco. Estabeleceu-se entre nós, a câmara, a nossa ajuda e eles uma relação de confiança quase amigável e recíproca. O que fez com que o muro que levantámos por prudência entre nós e o sujeito permitianos finalmente deslizar imperceptivelmente para a indiscrição e para a intimidade das suas lutas, de nos aproximar-mos do coração da construção do “socialismo numa única aldeia”. É aí que reside a enorme contradição: ao dar-nos confiança eles eram traídos; no fundo do túnel deles não havia a luz que eles desejavam ver e as terríveis lutas que eram mostradas indicavam que as suas hipóteses de sobrevivência eram ínfimas.